

**PARECER DE LEGALIDADE Nº 359/2024 – PROC**

Processo: **01.05.043501.006706/2024-27**

Interessado: **Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA**

Referência: **Parecer de legalidade acerca da contratação direta, por meio de Inexigibilidade de Licitação, da empresa OZONIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., para contratação emergencial de prestação de serviços de conexão à internet, por um período de 4 (quatro) meses, para 13 (treze) agências administradas pela Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.**

**DIREITO ADMINISTRATIVO.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 30,  
CAPUT E §3º, II, DA LEI Nº 13.303/2016, E  
DO ART. 125, CAPUT, REGULAMENTO  
INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DA COSAMA - RILC. POSSIBILIDADE  
JURÍDICA.**

**1. RELATÓRIO**

Vieram os presentes autos à Procuradoria da COSAMA com despacho da Comissão Permanente de Licitação-CPL, às fls. 127.

O parecer destina-se a analisar a legalidade da contratação direta, por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, da empresa **OZONIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, visando a contratação emergencial de prestação de serviços de conexão à internet, por um período de 4 (quatro) meses, para 13 (treze) agências administradas pela Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, conforme informações e demais especificações constantes do Processo nº **01.05.043501.006706/2024-27**.

Compõem os autos os seguintes documentos:

- 1) Memorando nº 141/2024 – GTI /COSAMA, às fls. 1;
- 2) Nota Técnica nº 021.2024 – GTI, fls. 2-3;
- 3) Nota Técnica nº 021.2024 – GTI, fls. 19-20;
- 4) PCS SERVIÇO nº 9572/2024 – GTI/COSAMA, fls. 23;



- 5) Proposta Comercial Oi Soluções, fls. 89-99;
- 6) Proposta Comercial Ozonio, fls. 100-111;
- 7) Relatório Banco de Preços, fls. 83-85;
- 8) Mapa Comparativo de Preços, fls. 86-87;
- 9) Termo de Referência nº 039/2024 – GTI/DAF/COSAMA às fls. 61/71;
- 10) Atestado de fonte de recursos financeiros próprios, fls. 129;
- 11) Despacho CPL apontando **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fls. 116-118;
- 12) Certidões Negativas da empresa a ser contratada.

É o relatório.

Passa-se à análise.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

É imperioso ressaltar o instituto jurídico aplicável aos contratos e procedimentos licitatórios das estatais.

Coube à Lei Federal nº 13.303/2016 dispor sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens, de prestação de serviços, tudo conforme o seu art. 1º.

A referida Lei veio cumprir o comando constitucional insculpido no art. 173, § 1º, introduzido pela Emenda Constitucional 19/1998, o qual disciplina que a lei estabelecerá o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias. Vejamos:

**Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional



ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

**§ 1º** A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

(...)

**II** - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

(...)

(Grifo Nosso)

Dessa forma, as estatais passaram a ser subordinadas à Lei nº 13.303/2016, a partir de sua entrada em vigor em 30/06/2016, condicionadas a posterior elaboração de regulamento interno de licitações e contratos por parte de cada estatal.

### 3. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O ordenamento jurídico pátrio norteia as ações e regras para as contratações na Administração Pública, e a nossa Constituição Federal impõe condições necessárias para toda atividade administrativa. Neste sentido, o art. 37, CF, expressa os princípios orientadores, devendo cumprir a seguinte determinação:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (EC no 18/98, EC no 19/98, EC no



20/98, EC no34/2001, EC no41/2003, EC no 42/2003 e EC no 47/2005) I-

(...)

XXI – Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, os serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetiva da proposta no termo da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

(...)

(Grifos Nossos)

As ressalvas mencionadas no trecho acima, se referem aos casos de contratação direta, que podem ocorrer pelas modalidades de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação.

Da mesma forma, a Lei Federal nº 13.303/16, diz que as contratações com terceiros, como regra, serão precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 29 e 30, que tratam das hipóteses de contratação direta, quais sejam, a dispensa e a **inexigibilidade de licitação**, sendo que no tocante às hipóteses de inexigibilidade de licitação, temos:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

§ 3º O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:



(...)

II - Razão da escolha do fornecedor ou do executante;

(...)

(Grifo nosso)

Diante do caso concreto e considerando todos os fatores levantados pela área demandante, optar por realizar um processo licitatório regular significaria impor obstáculo ao atingimento satisfatório do interesse da contratação, pois não estaria presente o fator vantajosidade para a administração pública.

Configurando-se a inexigibilidade de licitação é prudente conhecer o entendimento da doutrina acerca do instituto administrativo, para que analisando a matéria, encontramos a seguinte interpretação:

**“A gênese da inexigibilidade é a impossibilidade da competição, o que por isso, afasta a possibilidade de invocação do princípio da moralidade e da igualdade. E o universo de seus destinatários é complexo, mais amplo, abrangendo pretendentes a contratação, administrados em geral, administradores e controladores da atuação da Administração Pública. Identificada que seja uma das hipóteses legais da inexigibilidade, nenhum desses universos de possíveis interessados está mais titulado ou legitimado a exigir a licitação: ela simplesmente não deverá ser realizada. (Figueiredo Ferraz, ob. Cit.)”**

(Grifos Nossos)

Em análise ao preceito mencionado, e em confronto com a situação então caracterizada, constata-se a configuração da **inexigibilidade** para contratação e pelos motivos elencados nos autos do processo, assim como a continuidade dos





serviços prestados anteriormente pela empresa OZONIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., restou demonstrado que a referida empresa apresenta as condições necessárias para atender a necessidade atual da COSAMA.

Buscando compreender o instituto da inexigibilidade, não se pode deixar de lembrar os ensinamentos de Diógenis Gasparini, in verbo.

**Inexigível é o que não pode ser exigido, asseguram os dicionaristas. Inexigibilidade, a seu turno, é a circunstância do que não pode ser exigido. Desse modo, a inexigibilidade da licitação é circunstância de fato ou de direito encontrada no bem que se deseja adquirir, na pessoa que se quer contratar ou com que se quer contratar, que impede o certame, a concorrência...” (In, Direito Administrativo, 4a ed. Saraiva, SP. 1995, p. 429)**

(Grifos Nossos)

Na mesma sintonia, Vera Lúcia Machado D'Ávila, acata a definição sobre inexigibilidade, assim se manifestando:

(...)

**a inexigibilidade de licitação se define pela impossibilidade de licitar por inexistirem produtos ou bens que tenham características aproximadas e que, indistintamente, possam servir ao interesse público, ou por inexistir pluralidade de serviços. (In, Licitações e Contratos, 3a ed. Malheiros, p. 85).**

(Grifos Nossos)



Nesse sentido, Antonio Roque Citadini:

**“Quando se tratar de contratação com dispensa ou inexigibilidade de licitação, o processo administrativo deverá conter a documentação própria para os casos, apontando a necessidade da contratação direta, especialmente os pareceres técnicos e jurídicos que dão suporte à contratação direta”.**

(Grifos Nossos)

Além disso, é imperioso mencionar que no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC, estão observadas as normas específicas relativas à Inexigibilidade de licitação, sempre acompanhando o direcionamento da Lei Federal nº 13.303/16.

#### **4. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

O presente parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento, bem como a apontar ser ou não caso de inexigibilidade de licitação, não devendo a presente manifestação jurídica adentrar em aspectos técnicos e econômicos, nem tampouco abordar juízo de conveniência e oportunidade na contratação pretendida, posto ser prerrogativa inarredável da Diretoria da COSAMA.

Em análise ao preceito mencionado, e em confronto com a situação então caracterizada, se constata a configuração da **inexigibilidade** para contratação, considerando que a empresa apontada já vinha prestando serviço para a COSAMA, portanto é de conhecimento que consegue abranger as localidades necessárias, garantindo a integração com a infraestrutura existente, razão pela qual a área demandante e a Comissão Permanente de Licitação – CPL, recomendam a contratação direta do serviço, até que se conclua o processo licitatório em andamento, evitando que a Companhia fique sem poder utilizar os recursos tecnológicos necessários ao regular andamento dos serviços nas agências do interior do Estado.



Consta dos autos pesquisa de preço de mercado realizado pela Gerencia de Compras da COSAMA, cujo Mapa Comparativo de Preços às fls. 86-87, apontam a insuficiência de propostas comparativas diante de frustradas tentativas de obtenção de orçamentos de empresas do ramo pretendido.

Sendo assim, diante da situação de iminente encerramento de contrato, não se podendo correr risco de que as agencias do interior fiquem sem serviço de internet, se concluiu pela proposta da **OZONIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, no valor de **R\$ 141.951,24 (cento e quarenta e um mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos).**

## 5. DA DOTAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Quanto a despesa necessária para custear a contratação direta em tela, é oriunda de recursos orçamentários PRÓPRIOS, tendo a GECONT se manifestado às fls. 129, reputando-se preenchidas as exigências.

Com relação à comprovação da regularidade fiscal da contratada, verifica-se que estão anexas as certidões com suas devidas validades.

Assim, tem-se que os serviços estão em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, e ainda, com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

## 6. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui-se que a contratação direta, por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, visando a contratação emergencial de prestação de serviços de conexão à internet, por um período de 4 (quatro) meses, para 13 (treze) agências administradas pela Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, submete-se à hipótese legal descrita no **ART. 30, caput, e §3º, II, da Lei Federal nº 13.303/2016, ART. 125, caput, Regulamento Interno De Licitações E Contratos - da COSAMA - RILC.**

O processo administrativo está formalmente em ordem, instruído com solicitação, descrição do objeto, dotação orçamentária e certidões, todos anexados, configurando como partes integrantes dos autos.





Diante disto esta Procuradoria **OPINA** no sentido de que pode ser dada continuidade ao processo de contratação direta, por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a empresa a **OZONIO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.678.016/0001-60, a qual apresentou a proposta no valor de **R\$ 141.951,24 (cento e quarenta e um mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos)**, para período de 04 (quatro) meses, conforme condições de pagamento previstas na proposta da empresa às fls. 100-111, parte integrante do processo.

Inobstante o interesse e necessidade da presente contratação, é decisão discricionária, ou seja, deve ser fruto de decisão oriunda da Diretoria da COSAMA, optar por esta contratação ou não, ante a criteriosa análise desta Procuradoria Jurídica e de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

**É a conclusão, salvo melhor juízo, a consideração da Diretoria.**

Manaus, 16 de dezembro de 2024.

**Karina Lima Moreno**  
Advogada

**Aprovo os fundamentos do Parecer nº 359/2024 - PROC**

**Juscelino Kubitschek de Araújo**  
Procurador Chefe

